



PABLO PICASSO - A Musa, 21 de janeiro de 1935. Óleo sobre tela, 130x162 cm - Museu Nacional de Arte Moderna, Paris.

ARTIGOS

Frutas de Sergipe, mercado do Brasil: política de irrigação, agricultura empresarial e trabalho no Platô de Neópolis/Sergipe.

Dalva Maria da Mota - EMBRAPA

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a política de irrigação e a geração de ocupações no Projeto Empresarial de Irrigação Platô de Neópolis/SE. Pretendemos, com isso, discutir sobre o incentivo à produção de frutas frescas na esfera local, assim como o trabalho agrícola nos modernos processos de produção. A metodologia constou de consulta a dados secundários, observações dos processos de trabalho e levantamento de informações primárias (questionários e entrevistas). As principais conclusões demonstram que a política de irrigação foi inovadora e influenciou substancialmente a reestruturação do mercado de trabalho local, com a predominância da contratação registrada de homens jovens, apesar da desproporcionalidade entre o número de empregos previstos e gerados.

Palavras-chave: Platô de Neópolis. Fruticultura. Políticas públicas. Trabalho agrícola. Irrigação.

ABSTRACT

The article analyses the irrigation policy and labour generation of the "Platô de Neópolis" in the State of Sergipe/Brazil. Our intention is to discuss about the fresh fruit production incentive on the local area as well as agricultural work in modern production processes. The methodology includes analyses of secondary data, observation of labour processes and survey of primary information (questionnaires and interviews). The main

conclusions show that the irrigation policy was innovatory and influenced in substantial manner the re-structure of local labour market with predominance of permanent labour of young men in spite of the disparity between the expected and realized amount of employment.

Keywords: Platô de Neópolis. Politics publics. Agriculture labour. Irrigation.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Irrigação Platô de Neópolis¹ foi implantado no início dos anos 90 do Século XX, em terras antes cultivadas com cana-de-açúcar, pecuária e culturas alimentares. Ocupa parte dos municípios de Neópolis, Japoatã, Paçatuba e Santana do São Francisco, e sua implantação é parte de uma estratégia de estabelecimento de pólos de desenvolvimento para minimizar os efeitos das políticas de geração de energia² sobre as populações locais. Foi também inspirado nas experiências nordestinas de produção de frutas frescas, economicamente bem sucedidas e pautadas na forte intervenção estatal, cujos

¹ Tem a denominação "Platô de Neópolis" devido a sua constituição geomorfológica apresentar um relevo quase plano, circundado por encostas, constituindo parte dos tabuleiros costeiros de Sergipe (SANTOS, 1996, p.25).

² Através da construção da barragem Xingó no Baixo São Francisco Sergipano.

exemplos mais característicos são o Vale do São Francisco, em Pernambuco e Bahia (CAVALCANTI, 1997, 1999; SILVA, 2001) e o Vale do Açu e Mossoró, no Rio Grande do Norte (SILVA, 1999).

É resultado de uma intervenção inovadora do Estado para o estabelecimento de “ilhas” de modernização, via empreendimentos empresariais, sustentados no trabalho assalariado e em altos níveis tecnológicos, com possibilidade de vinculação aos mercados nacional e internacional. Diferentemente de todos os projetos nordestinos, tem um modelo que apresenta, desde o início, a parceria entre o Estado, via Secretaria da Agricultura de Sergipe, e a iniciativa privada. Coube ao Estado o planejamento e a instalação da infraestrutura de irrigação fora dos lotes; e aos empresários, os investimentos nas parcelas, a implementação da produção e da comercialização por meio de um condomínio denominado Associação dos Concessionários do Projeto Platô de Neópolis (ASCONDIR).

O projeto é formado por 38 lotes, cujos tamanhos variam de 20 a 600 hectares. Até dezembro de 2001, 60% da área do projeto estavam ocupados com 06 sistemas de produção frutícolas³. A cultura do coqueiro⁴ ocupava 31% da área plantada, cultivada em vinte dos trinta e oito lotes, sendo que o sistema de monocultura está sob a responsabilidade de seis empresas.

Todas as empresas têm, em comum, sistemas de irrigação automatizados, de alta tecnologia, como microaspersão e gotejamento com utilização de fertirrigação⁵. No entanto, a condução dos itinerários técnicos difere, a depender do estágio de cultivo, da área plantada, da disponibilidade de capital, do nível

técnico dos gerentes e da estratégia interna adotada para a produção e comercialização.

Tendo em conta esse cenário, o objetivo deste artigo é analisar a política de irrigação para a agricultura empresarial e suas conseqüências sobre a geração de emprego no Projeto de Irrigação Platô de Neópolis no Baixo São Francisco Sergipano. Pretendemos, com isso, discutir as particularidades de uma política exclusiva para empresários, como, também, reativar a discussão sobre as formas de trabalho na agricultura, particularmente, sobre o lugar de homens e mulheres que se assalariam⁶ temporária ou permanentemente em empresas dedicadas à produção de frutas frescas para o mercado nacional, principalmente o coco. Em que pese à importância da ocupação agrícola no contexto nacional, essa discussão foi praticamente esquecida nos anos 90, em decorrência de motivos vários, dentre os quais, o pressuposto da irrelevância do trabalho, particularmente, na agricultura, um dos setores que mais libera mão-de-obra. A retomada deste tema não significa desconhecer as evidências empíricas de diminuição da ocupação legal no atual contexto de globalização. No entanto, inúmeras formas de ocupação (temporárias ou permanentes, registradas ou clandestinas) se evidenciam na atualidade, e o trabalho continua a ser elemento central na constituição de identidades e laços sociais.

Este artigo origina-se de um estudo mais amplo sobre sociabilidade e trabalho na fruticultura irrigada do Platô de Neópolis e foi realizado por meio de pesquisa documental/censitária e empírica em três fases. A primeira, no período de dezembro/97 a abril/98, contava com a totalidade dos administradores dos 21 lotes em funcionamento do projeto, e foram aplicados questionários com perguntas fechadas e abertas. As principais variáveis pesquisadas foram: sistemas de produção em uso, número de trabalhadores permanentes e temporários, tipos de ocupação, níveis de escolaridade

³ Os sistemas de produção são: coco, banana, manga, citros, diversificado sem coco e diversificado com coco.

⁴ Apesar de ocupar área tão expressiva, a cultura do coqueiro é a que menos demanda mão-de-obra no sistema irrigado.

⁵ Caracterizados por sua alta eficiência na aplicação de água, de forma localizada, na região das raízes, com economia de energia, por necessitarem de baixa pressão. Esses sistemas permitem diversos graus de automação, inclusive automação total, além de permitir aplicações de fertilizantes via água, a fertirrigação, melhorando a disponibilidade de nutrientes para as culturas irrigadas.

⁶ Considerada aqui a venda da força-de-trabalho com ou sem registro, cujo pagamento se dá em dinheiro, para trabalhos avaliados em unidades de tempo (dia, semana, mês) ou produtividade.

de e salários (MOTA, 1998, 1999). A segunda etapa, entre janeiro e março/2000, constou de entrevistas com 17 atores-chave (líderes sindicais, trabalhadores permanentes e temporários) e observação de três encontros entre os sindicatos e empresários para julgamento do dissídio coletivo/2000, na Delegacia Regional do Trabalho de Sergipe. A terceira realizou-se em junho de 2001 e houve aplicação de questionários a todos os trabalhadores de uma amostra de seis empresas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERESSES DE CLASSE

Segundo os entrevistados, a idéia de construção de um projeto de irrigação na região, onde hoje se localiza o Platô de Neópolis, surgiu nos anos 80, inicialmente, como possibilidade de uma política específica para atender às populações atingidas pela barragem Xingó, localizada nas margens alagoana e sergipana do Rio São Francisco. Diversos estudos da Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) questionavam a viabilidade técnica e econômica da implantação de projeto de irrigação na região, em consequência da distância entre o tabuleiro e o local de captação de água, a altura para captação e a necessidade de grande quantidade de água para a irrigação de solos arenosos que elevariam a demanda energética e, logicamente, os custos (ARAÚJO, 1995, p. 58).

No início dos anos 90, os estudos federais se arrefeceram devido à racionalização dos gastos públicos, orquestrada pelo governo Collor, 1990-92. O governo de Sergipe, por intermédio da Codevasf, contrata estudos de pré-viabilidade de 12 projetos de irrigação, dentre os quais, o Platô de Neópolis (ARAÚJO, 1995, p. 61). Apesar de os estudos indicarem essa área para construção de projetos de irrigação, prevendo a inclusão de diferentes beneficiários (colonos, técnicos agrícolas, agrônomos e empresas) o governo de Sergipe decidiu implantar um projeto empresarial segundo um novo modelo: parceria entre o Estado e a iniciativa privada.

Esta decisão estava amparada em dois argumentos centrais. O primeiro, era, a avaliação estritamente econômica dos cinco projetos estaduais de irrigação que

havia sido implantados para agricultores familiares pelo Governo Estadual nos anos 80, e que, por motivos diversos, não tinham a mesma performance do Pólo Petrolina/Juazeiro, muito embora estudos mostrassem que as condições de vida da população beneficiada haviam melhorado significativamente e que a economia local havia sido reativada a partir da execução desses projetos (LOPES; MOTA, 1997). O segundo, era que a alternativa para o desenvolvimento rural seria a agricultura empresarial, com grandes volumes de capital e articulada aos mercados nacionais e preferencialmente, internacionais. Nessa concepção, estava embutida a idéia de o empresariado ser o ator central do processo, a exemplo do que vinha ocorrendo em Petrolina/Juazeiro, onde a iniciativa privada, amparada pelo forte apoio estatal (incentivos fiscais e financeiros, pesquisa, infra-estrutura), consolidaria um pólo de produção e exportação de frutas frescas, muito embora esse fosse formado por produtores de diferentes tipos (colonos, empresários, pequenos empresários).

A opção de implantação de um projeto com beneficiários estritamente constituído por empresários provocou reações individuais e coletivas, intimamente relacionadas à condição de classe. Com fins exclusivamente analíticos, delimitamos essas reações em três momentos distintos, em alguns casos, por estarem superpostas e ainda não concluídas:

1- Uma resistência generalizada ao processo de desapropriação das terras por parte dos pequenos e médios proprietários, produtores de culturas alimentares e pecuaristas. No entanto, segundo Padrão (1996, p. 16), essa resistência fragmenta-se pelo tratamento diferenciado, recebido pelos diferentes reclamantes. Se alguns receberam valores inferiores aos preços de mercado, outros foram prestigiados com “um valor de indenização significativamente superior ao pago aos demais” (PADRÃO, 1996, p. 17). Em consequência, proprietários que se sentiram lesados, principalmente médios e grandes, entraram na justiça e tiveram ganho de causa em primeira instância. A grande maioria dos pequenos proprietários deixaram a região em bus-

ca de alternativas de sobrevivência, principalmente, o assalariamento na cana-de-açúcar, em Alagoas e na construção da barragem Xingó.

2- Protestos contra a concessão de lotes exclusivamente a grupos empresariais. Diferentes formas de protesto opuseram a população local aos representantes do governo do Estado (denúncias na assembléia quanto à irregularidade na concessão dos lotes, protestos da população contra as ameaças de despejo, denúncias na imprensa, questionamento dos critérios de seleção etc.). Essas denúncias foram reforçadas pela atuação da Comissão dos Atingidos pelo Platô, congregando inúmeras ONGs, Sindicatos Rurais e parlamentares nos anos 1993/94. A esses protestos, confrontavam-se os apoios dos prefeitos da região ao projeto, os quais consideravam-no uma alavanca ao desenvolvimento regional. As pressões resultaram na concessão de cestas de alimentos e cursos de capacitação para os atingidos. As conquistas obtidas e os resultados dessas experiências, que priorizavam o “aqui” e o “agora” assim como seu arrefecimento, estão analisados em Padrão (1996, p.28).

3- Confrontos entre trabalhadores e empregadores, que se dão tanto na esfera individual quanto coletiva. A pesquisa constatou que pouquíssimos trabalhadores questionam individualmente seus direitos na justiça. Coletivamente, os sindicatos da região têm se organizado para garantir conquistas. Só para citar um exemplo, as discussões entre os sindicatos e os empresários para instalação do dissídio coletivo 2000 ocorreram em três reuniões, sob a mediação da Delegacia Regional do Trabalho de Sergipe. Nas duas primeiras, os representantes dos empresários não tinham poder

de negociação e apenas na terceira enviaram um representante com poderes legais. A pauta de reivindicações dos trabalhadores contemplava diferentes itens, mas as discussões se concentraram na questão da regularização dos vínculos empregatícios e do aumento de um para um e meio salário mínimo. Os empresários concordaram com a regularização dos vínculos, mas não aceitaram o aumento do salário. Sem chegar a um acordo, retiraram-se da mesa de negociação, argumentando que a questão central na atualidade é a garantia da ocupação. Em abril/2000, técnicos da Delegacia Regional do Trabalho supervisionaram o projeto de irrigação e constataram que, na maioria das situações, não haviam sido regularizadas as relações trabalhistas. Uma dispensa em massa dos trabalhadores não regulamentados ocorreu. No entanto, pouco a pouco, esses trabalhadores retornaram ao Projeto e continuaram suas atividades em um contexto de intensificação da regularização das relações trabalhistas. As relações que têm sido estabelecidas entre empresários, trabalhadores e grupos da sociedade local e estadual revelam uma insatisfação com a forma de implantação do Platô. A eleição do empresariado com o ator central é tema corrente de debate sobre as políticas públicas em Sergipe, mas não é um fenômeno local. Aliás, esse “status” do empresariado tem sido destacado nos estudos atuais de uma vertente da sociologia do trabalho, que volta a colocar o tema da modernização no centro do debate, destacando até que ponto os novos modelos (pós-fordismo, modelo japonês, etc.) estão sendo adotados em diferentes partes do mundo (ABRAMO; MONTERO, 2000, p. 86). O empresariado emerge como o ator vitorioso frente ao Estado, o sindicato, muito embora as experiências demonstrem que mesmo esse ator tem uma margem de ma-

nobra reduzida e que a sua única possibilidade de êxito é a adoção de padrões de competitividade em diferentes escalas (ABRAMO; MONTERO, 2000, p. 86-87). O exemplo, no caso dessa pequena margem de possibilidade, é a mobilidade verificada no Pólo Petrolina/Juazeiro, com a exclusão/inclusão de atores, não obstante o sucesso da região e a rapidez de reorientação das ações produtivas e de mercado.

Com tudo isso, na experiência do Platô, segundo documentos oficiais (PADRÃO, 1996, pg. 18), o empresariado deveria ter participado de um processo de seleção em que, teoricamente, a sua capacidade empresarial, cadastro bancário e disponibilidade de recursos para desenvolver o projeto seriam avaliados. No entanto, segundo Padrão (1996), esse processo foi revestido de irregularidades. De uma forma ou de outra, é um processo que evidencia uma reorientação do Governo, no sentido de catalisar mudanças, criando um ambiente propício aos investimentos privados, em consonância com o modelo neoliberal (NEVES et al., 1997).

Apesar da insatisfação, as próprias reivindicações dos atingidos evidenciavam a busca de alternativas para conviver com o projeto, dentre as quais, a capacitação para ocupação de postos de trabalho. No entanto, a distância entre a realização dos cursos, a má qualidade destes (PADRÃO, 1996, p. 27) e o funcionamento do projeto, assim como o poder das redes locais na indicação de pretendentes à ocupação, questionam a validade de tais cursos.

No momento inicial de implantação do projeto, a polarização se dá entre o Estado, via suas instituições, e segmentos da população local. Nesse momento, o papel do Estado era implantar uma infra-estrutura, mas, também, apaziguar os conflitos por ele criados. Apenas com o início do funcionamento do projeto é que a atenção dos trabalhadores se volta para o empresariado, face à polarização entre empregados e empregadores, para

acordo dos direitos trabalhistas dos assalariados no Platô de Neópolis, muito embora a participação dos trabalhadores em assembleias ou reuniões seja praticamente inexistente e tenha sido constatado que nenhum deles é filiado ao sindicato.

Estas últimas constatações ilustram como as relações entre os representantes dos trabalhadores e dos empresários correm em paralelo ao que acontece no dia-a-dia do trabalho. Os demais estabelecem pactos com os técnicos responsáveis para fugir da supervisão do Ministério e, assim, garantir a ocupação. “Mas aí eles avisam que quando a gente vir um carro do Ministério chegando corram para a casa de vocês que aí não perdem a diária”. Estes pactos são também reforçados pelas redes de indicação de trabalhadores para a ocupação de novas vagas. Os que indicam praticamente são co-responsáveis pelas ações dos que entram, garantindo um sistema de controle gratuito ao empregador, e, ao tempo, ganham confiança, um dos requisitos centrais para a manutenção da ocupação.

No processo de negociação trabalhista entre os sindicatos e os empresários, o “modelo” adotado para reivindicação dos direitos trabalhistas, implícito na pauta do acordo coletivo, é um trabalhador com carteira assinada. As situações de campo, no entanto, atestam uma multiplicidade de formas de inserção, com repercussão nas remunerações, como: diaristas (a remuneração independe de quanto trabalho foi realizado), ganho por produtividade (a remuneração está vinculada diretamente à quantidade de trabalho, por exemplo, quantas plantas polinizaram, quanto colheu) e mensalistas. Em paralelo, ocorrem também inúmeras formas de ajuda mútua entre os trabalhadores, principalmente entre as mulheres nas atividades por empreita, quando os desempenhos individuais são diferentes e quem termina primeiro vai ajudar às demais.

Assim, o “modelo” de um trabalhador que desenvolve as suas atividades individualmente tem validade parcial. Visualizar a dinâmica de conformação das inserções talvez seja um dos caminhos

que contribua para superar a rivalidade entre direitos e ocupação.

PRODUÇÃO LOCAL, MERCADO NACIONAL

O Platô de Neópolis tem se estabelecido como um espaço de produção de frutas frescas, construído sob o forte apoio das políticas públicas, segundo novos modelos de apropriação do território, do meio ambiente e do trabalho, orientados por estratégias locais para atendimento a padrões de qualidade e eficiência exigidos externamente.

Apesar da previsão inicial dos produtos a serem cultivados, a implantação dos sistemas de produção foi completamente independente de qualquer diretriz de política pública, mas baseadas em estudos de mercado ou na própria tradição dos empresários que buscam tanto produtos tradicionalmente cultivados na região (coco, banana e citros, por exemplo), como novos produtos (atemóia). Estas escolhas têm relação com o tipo de experiência e inserção nos diferentes mercados.

As formas de gestão dos empreendimentos variam, muito embora pertençam todos ao mesmo projeto e tenham tecnologia de irrigação e ecossistemas semelhantes. De maneira geral, constatam-se três tipos de gestão: centralizada (um técnico agrícola ou agrônomo coordena pessoalmente todo o serviço), descentralizada (uma hierarquia central e coordenações setoriais) e mista (um poder central, poder setorial e poder de campo). Estas formas de gestão influenciam o tipo de relação que as empresas têm com o mercado e com a informação. Independente da forma de gestão, os produtos têm sido vendidos para mercados regionais e nacionais. No entanto, o coco tem sido predominantemente enviado para mercados consumidores não tradicionais, a exemplo do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

⁷ Aliás, essa denominação já se encontra veiculada na imprensa e nos caminhões que fazem o transporte do produto para o Centro-Sul do Brasil.

A conquista de novos mercados tem sido resultante de um aumento do consumo da água em todas as regiões do Brasil, mas também de uma estratégia de marketing e de construção do produto com características distintivas, como aparência e sabor.

Um produto que até recentemente era chamado apenas de coco-da-baía passa a ser denominado também de coco-verde-de-Sergipe⁷ e divulgado como possuindo características particulares para atender a um mercado segmentado.

A rapidez com que os produtos do Platô de Neópolis entraram nos circuitos locais e nacionais de comercialização merecem destaque, quando comparados com os dos agricultores familiares dos demais projetos estaduais de irrigação. O investimento dos empresários na agricultura é mais uma atividade econômica, dentre outras, e não implica nenhum tipo de ruptura quanto à vida pessoal e familiar, e a terra é estritamente um meio de produção. Ao intercâmbio social complexo, que caracteriza a relação do camponês com a terra (IANNI, 1985, p. 12), opõe-se uma racionalidade completamente diferente. O acesso a meios de comunicação, serviços, créditos, dentre outros serviços e relações, são facilitados pelo alcance da informação como também pela organização para defesa de seus interesses por diferentes vias.

Mas a seleção de novos ou antigos produtos para mercados exigentes tem também demandado procedimentos adicionais, como novas tecnologias, mão-de-obra qualificada e serviços especializados nos processos produtivos e, principalmente, nas atividades de pós-colheita, dando origem a diversas relações contratuais. Os serviços tornaram-se uma parte inextrincável do complexo frutícola, envolvendo um número significativo de técnicos, entre outros profissionais especializados, vinculados a empresas ou como autônomos e que cuidam da manutenção dos sistemas de irrigação, consultorias agrônômicas, administração de pessoal, dentre outras atividades.

Por outro lado, observam-se investimentos na indústria de transformação, especificamente na jusante da produção, como o envasamento da água de coco, processamento de frutas (polpa e doces etc.), como forma de aproveitamento de produtos e, principalmente,

devido à dificuldade de mercado para alguns produtos, como o coco e a goiaba.

Pelo exposto, fica sublinhado o caráter da nova relação estabelecida entre a agricultura e o novo setor de serviços. Enquanto o número de trabalhadores na agricultura está sendo reduzido, surgem outros tais como acondicionamento, embalagem, apresentação e transporte dos produtos. Eles têm com força suficiente para agregar diferentes grupos de produtores que, individualmente, não alcançariam os mercados mais compensadores. Um novo senso de cooperação emerge como condição para garantir prazos e qualidades, e também novos conhecimentos técnicos para a circulação dos produtos. Exemplos significativos das novas formas de relacionamento entre os diferentes setores da economia são observados, apesar dos novos riscos e formas de dependência que, embora só atinjam parte da história da agricultura, se acentuam nos novos locais de construção de produtos frescos e perecíveis.

TRABALHO DE HOMENS E MULHERES E SISTEMAS DE PRODUÇÃO

O uso da tecnologia, como constatado em diferentes partes do mundo (BENDINI, 1999; GOMEZ, 1999), vem reduzindo drasticamente a utilização do trabalho humano. Mesmo assim, os sistemas de produção em uso utilizam predominantemente trabalhadores de origem local, homens e jovens, provenientes da agricultura familiar e submersos em redes de controle social pela via do parentesco, ou da amizade. Em contraste, as mulheres têm sido quase que excluídas. A predominância do trabalho registrado⁸ contraria a tendência de intensificação do trabalho temporário e precário presentes em outras regiões agrícolas latino-americanas (BENDINI, 1999; LARA, 1998).

Quanto aos sistemas de produção, predominam aqueles de culturas perenes. O coco, os citros, a bana-

na, a manga, dentre outras culturas, têm conquistado importantes janelas do mercado nacional. São cultivados com o uso intensivo de tecnologia e com uma decrescente utilização do trabalho humano, conforme demonstra o quadro seguinte:

Sistema de Produção	Área Implantada (Ha)	Número de Trabalhadores				Total	Número ha/h
		Registrados		Clandestinos			
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Coco	754	91	-	39	-	130	5.8
Banana	164.23	51	-	01	-	52	3.1
Manga	58	06	04	01	01	12	4.8
Citros	559	58	01	15	-	74	7.5
Diversificado sem coco	1.149.2	198	14	45	25	282	4.0
Diversificado com coco	1.583	208	09	71	09	297	5.3
TOTAL	4.267.43	612	28	172	35	847	5.0

Quadro 1 - Sistemas de produção, área implantada e nº. de trabalhadores – 2001.

Fonte: pesquisa realizada pela autora em junho de 2001.

A principal cultura, em termos de geração de ocupação, é a banana com 3,1 hectare/homem em decorrência dos trabalhos de pós-colheita, que ocupam 4,7 homens por mês. Não se registra, para esse cultivo, o emprego das mulheres, em virtude dos empregadores considerarem que é atividade que demanda força física, qualidade “naturalmente” atribuída aos homens. Em se tratando de atribuições “naturais”, as mulheres estão reconhecidas como excelentes polinizadoras de maracujá. No entanto, essa cultura está concentrada em apenas três empresas e ocupando menos de 1% da área irrigada do Platô.

As culturas que ocupam maiores áreas são os citros (laranja, limão, tangerina, lima da Pérsia) e o coco, respectivamente com 42% e 31% da área cultivada. A quantidade de ocupações na produção de citros é de 7,5 hectares para cada trabalhador, menor índice de ocupação dentre as culturas do Platô, tendendo a empregar mais quando todos os pomares estiverem em plena produção. Para a produção de coco, o número de ocupações geradas tem sido de 5,8 hectares para cada trabalhador. É uma cultura que ocupa exclusivamente homens e já se encontra em plena produção. Em ambos os casos, as ocupações têm sido predominantemente registradas (MOTA, 1999).

⁸ Segundo pesquisa realizada pela autora em junho de 2001, cerca de 70% das ocupações são registradas.

A cultura da manga é a terceira em termos de geração de ocupação. Tem altos custos de implantação e se adequa muito bem aos serviços mecanizados, e os maiores requisitos de trabalho se concentram nas etapas de irrigação e colheita. No entanto, face às exigências externas de menor manuseio das frutas frescas, é provável que, rapidamente, essa atividade seja automatizada.

Comparando a geração de empregos no Platô de Neópolis com a do Vale do São Francisco, constatam-se algumas diferenças importantes. No Vale, a cultura da manga é a que tem maior área plantada e ocupa um homem para cada dois hectares (CAVALCANTI; IRMÃO, 1994, p. 68), enquanto no Platô essa mesma relação foi de um homem para cada 4,8 hectares (MOTA, 1999, p. 67). A desproporcionalidade entre o número de pessoas ocupadas, em cada caso, deve-se ao fato de que, no Vale do São Francisco, os pomares já estão produzindo e, no Platô, encontram-se em implantação ou com uma produção inicial bem abaixo da capacidade total, ainda não computados os números relativos à pós-colheita. Nas duas experiências, as atividades são desenvolvidas, principalmente, com a mão-de-obra assalariada registrada e, predominantemente, masculina. As etapas de irrigação e colheita utilizam a maior parte do trabalho requerido para este cultivo.

A principal cultura, em termos de geração de ocupação no Vale, é a uva que ocupa cerca de 3,5 trabalhadores por hectare, com expressiva participação das mulheres. Essa atribuição dada às mulheres é vista como sendo natural pelos empregadores. "Apresenta uma acentuada assimetria na demanda de mão-de-obra, ao longo do processo produtivo, requerendo dos produtores a utilização de mão-de-obra temporária para atender às necessidades de trabalho de determinadas fases, como, por exemplo, poda, raleio e colheita" (CAVALCANTI; IRMÃO, 1994, p. 67).

No Platô, a cultura líder, em termos de geração de ocupação, é a banana que para cada 3,1 hectares ocupa um trabalhador. Este número é decorrente de ser uma cultura que tem trabalho de pós-colheita para ser comercializada. Para todas as culturas, os números revelam uma tendência de menor utilização do trabalho no Platô de Neópolis em decorrência das culturas que ocupam maior área (citros e coco) não dependerem de

serviços intensos de pós-colheita. Outro aspecto é que são sistemas que utilizam exclusivamente trabalho assalariado e, como tal, remanejam a força de trabalho da forma que seja conveniente para diminuir custos de produção.

Comparando o número de ocupações do Vale com o do Platô, geradas pela manga, pode-se prever uma tendência de ampliação do número de trabalhadores neste último projeto, quando o sistema de produção estiver funcionando em todas as suas etapas. O número que estimamos, em termos de ampliação de trabalhadores, é de 139. Essa mesma projeção para os citros é de 250 ocupações, mas considerando o número médio de ocupações para todas as culturas, que é de cinco hectares por trabalhador. Ainda em se tratando de tendências, a nossa previsão é que, se mantidos os coeficientes atuais, o Platô gerará um total de cerca de 1400 ocupações quando estiver em pleno funcionamento.

Em pesquisa realizada no Platô, observamos que as mulheres constituem apenas 4% do total dos trabalhadores, e, assim mesmo, mais da metade trabalha de forma temporária e clandestina (MOTA, 2001). Já no Vale do São Francisco, Cavalcanti (1997, 1998, 1999) constatou que as novas oportunidades de emprego contribuíram, principalmente, para a ampliação do mercado de trabalho para as mulheres, tendência observada por Lara (1998) no México e por Antunes (1999, p.45) para os diferentes setores da economia mundial, inclusive em áreas não tradicionalmente ocupadas por mulheres, como é o caso da indústria microeletrônica e do setor de serviços. No entanto, há a constatação de que o número de vagas vem sofrendo uma gradativa redução devido à substituição do trabalho humano pela tecnologia, como, por exemplo, o uso da fertirrigação e da automatização da irrigação. As mulheres são as mais prejudicadas, seja pelo maior peso dos encargos trabalhistas, seja pelo fato de acumularem dupla jornada e serem responsáveis diretas pelos filhos, sendo, conseqüentemente, mais susceptíveis aos acontecimentos externos ao trabalho; ou ainda, pela noção usualmente compartilhada por homens e mulheres, trabalhadores da agricultura, de que a mulher só é capaz de executar tarefas leves e delicadas, o que escamoteia a qualificação obtida no dia-a-dia do trabalho. Todas estas assertivas

são válidas para o contexto do Platô, mas existem ainda outras razões que têm impedido uma incorporação mais constante das mulheres no trabalho assalariado. Na região, as atividades das mulheres ainda estão muito associadas à ajuda e, como tal, não têm registro em sistemas de produção cuja lógica é estritamente empresarial. Em períodos anteriores à implantação do Platô, o acesso a terra para agricultura estava muito limitado, e, assim mesmo, só ocorria na condição de morada ou arrendamento nas fazendas ou nas propriedades rizicultoras. A fragilidade das unidades agrícolas de produção dessa região teve como conseqüência a pluralidade de atividades, entre as quais, o assalariamento de algumas poucas mulheres na cana-de-açúcar, assim mesmo, no curto tempo de funcionamento da Usina Grande Vale. Esse número reduzido de mulheres assalariadas é decorrente da concepção de que aquele era um tipo de ambiente pouco propício às mulheres casadas. Esse ambiente tornou-se suspeito, devido às insinuações de relações amorosas, principalmente, entre recrutadores da força-de-trabalho e trabalhadoras. Aliás, este é um fato observado e analisado em outras regiões do Brasil, a exemplo do estudo de Stolcke sobre sistemas de trabalho e estrutura familiar nas fazendas de café em São Paulo. "As turmas de trabalhadores são geralmente vistas como lugares de moral duvidosa, impróprias para mulheres respeitáveis. Os turmeiros têm a fama, que não é infundada, de tirar proveito de sua posição para seduzir as trabalhadoras" (STOLCKE, 1982, p. 76). Assim sendo, na região do Platô as atividades assalariadas na agricultura eram, particularmente, desenvolvidas pelas mulheres solteiras e limitadas à adubação, situação possível de ser observada também na atual agricultura irrigada.

As experiências que essas mulheres acumulam como trabalhadoras na agricultura familiar não têm distintivos positivos quando comparadas com as dos homens. Por serem atividades controladas pelos homens, têm um sentido de ajuda e não de obtenção da renda central na reprodução da família, condição que ainda está associada aos homens. A única exceção é a adubação manual, considerada uma atividade leve e sem grandes exigências por homens e mulheres. Aliás, essa atividade, intensa na fase de formação de pomares, tende a diminuir devido à substituição pela

fertirrigação. Por outro lado, em nenhuma das principais culturas implantadas no Platô (coco, laranja, tangerina), as mulheres têm um papel exclusivo. Ao contrário, na agricultura familiar ou empresarial local, a cultura do coco está intimamente associada aos homens, também na perspectiva de gênero, principalmente pelo reconhecimento de que a colheita dos frutos depende de habilidades atribuídas aos homens para escalar os coqueiros, muito embora as árvores do Platô sejam baixas, e a colheita dependa de força física e saber.

Na adubação manual ou na polinização do maracujá a preferência pelas mulheres é justificada pelos empregadores e gerentes pela aptidão "natural". No entanto, acreditamos que a experiência das mulheres na esfera doméstica contribui enormemente para o domínio de atividades que dependem da coordenação motora fina, do manuseio dos pequenos músculos, imprescindível na preparação de alimentos, na costura e no trato com as crianças. Todas essas atividades estão tradicionalmente circunscritas ao domínio doméstico, espaço associado às mulheres.

O funcionamento ainda parcial do Platô não foi suficiente para atrair trabalhadores rurais migrantes, apesar do número significativo de técnicos, agrônomos e empresários originários de outros municípios e regiões do país. Diferentemente do Vale do São Francisco, onde se formou um verdadeiro contingente de trabalhadores originários de outros municípios que ali perambulam de lote em lote. No caso do Platô, trabalhadores locais, residentes em povoados ou sedes municipais próximas, recrutados por redes de interconhecimento que funcionam na seleção de novos trabalhadores, formam a força-de-trabalho. Essas redes têm também um papel de controle social, exercido pelos vínculos de parentesco e amizade. Acreditamos que essas redes têm reforçado o recrutamento de homens seja para a preservação de um padrão cultural, seja pela estratégia de diminuição da pressão sobre as vagas, mas, principalmente, como parte de uma estratégia de reprodução em que compete aos homens a responsabilidade pela manutenção do grupo doméstico. Neste sentido,

a compreensão da divisão sexual do trabalho profissional requer a introdução de dimensões explicativas oriundas da esfera extra profissional, como por exemplo, a atribuição diferenciada das tarefas domésticas, ou, mais geralmente, as relações de força e as relações de poder entre os sexos não apenas na empresa, mas também na família e na sociedade (HIRATA, 1998, p. 15).

GERAÇÃO DE EMPREGOS

No Platô de Neópolis, foram desapropriadas 96 propriedades⁹ para a implantação de 38 lotes. A previsão do número de empregos a serem gerados é de 5.600 entre diretos e permanentes (PADRÃO, 1996). No entanto, até junho/2001, o número total de empregos era 847, sendo 640 registrados (612 homens e 28 mulheres) e 207 clandestinos (172 homens e 35 mulheres). Esse número de empregos, contrapostos aos 4.267 ha. em operação, significa que a média geral é de 5 ha./homem.

Pelo número de empregos gerados até o momento e fazendo uma projeção para o funcionamento total do projeto Platô de Neópolis, dificilmente se atingirá o estipulado. Isto porque, nas áreas irrigadas, uma das etapas que mais demanda trabalho é a pós-colheita e, no caso em análise, um terço da área está ocupada com a cultura do coco que dispensa este tipo de serviço.

Apesar da desproporcionalidade entre o previsto e o real, a tendência é de predominância do emprego registrado sobre o clandestino, condição oposta ao observado na agricultura chilena, argentina e mexicana (GÓMEZ, 1999; BENDINI, 1997; LARA, 1998). As possíveis explicações para essa contra-tendência é a tentativa de manutenção de um contingente fixo de trabalhadores, que garanta o cumprimento de prazos e a qualidade dos produtos, evitan-

do a rotatividade dos mesmos entre o assalariamento, o extrativismo ou o trabalho por conta própria, estratégias de sobrevivência freqüentemente utilizadas nessa região, onde o trabalho assalariado na agricultura é um acontecimento que data dos anos 80.

A regularização da relação de trabalho, nesse caso, é uma tentativa de “segurar” os trabalhadores pelas vantagens que apresenta, num contexto nacional de intensificação da precarização. Mesmo assim, as entradas e saídas, por iniciativa dos trabalhadores, bem como a falta de assiduidade, são dados supreendentes e sugerem que a importância do trabalho para eles não é única, da mesma forma que ter um trabalho assalariado não constitui o desejo de todos. Por outro lado, o papel fiscalizador exercido severamente pelo Estado, através da Delegacia Regional do Trabalho, tem inibido a utilização do trabalho clandestino com ganhos para os trabalhadores.

Outro aspecto que chama a atenção é a relação entre ocupação e gênero, verificando-se que os homens ocupam a quase totalidade dos postos de trabalho. No discurso dos técnicos e gerentes, havia o reconhecimento do trabalho feminino como o mais adequado para as tarefas mais leves, como adubação e cata às baratas do coqueiro, ambas as atividades temporárias. As mulheres são consideradas também mais atenciosas, detalhistas, “obedientes” e limpas, muito embora essas características sejam fundamentais para poucas atividades na agricultura do Platô. Essas associações também foram constatadas por Cavalcanti (1998), no Vale do São Francisco, onde as mulheres têm atribuições específicas na viticultura, uma das culturas cujos tratamentos culturais mais exigem trabalho humano.

A alocação de papéis sociais, em que compete à mulher as atividades mais leves ou menos especializadas e, aos homens, as mais pesadas ou especializadas, freqüentemente conduz a naturalização de papéis construídos socialmente, dificultando, assim, a sua contestação, o que poderia levar a uma menor rigidez na mobilidade ocupacional.

Na região do Platô, a preferência pelos trabalhadores homens tem depurado as relações entre as mulheres que ficam mais seguidamente na esfera doméstica. Aí, elas se inserem em redes de ajuda

⁹ 73% das propriedades tinham menos de 100 hectares, mas detinham apenas 14% da área. É importante observar a existência de duas ou mais propriedades na mão de um mesmo dono, situação esta existente para 8 (oito) proprietários que detinham 25 propriedades, com uma área total de 4.364 hectares, ou seja, quase 50% do total.

mútua e de realização de atividades alternativas (artesanato, pesca, costura), que têm ajudado a conviver com o desemprego e a assegurar ganhos que não são provenientes do assalariamento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís; MONTERO, Cecília. Origen y evolución de la sociología del trabajo en América Latina. In: GARÇA, E. de la. (Org.). *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. 6. ed. Campinas: UNICAMP: Cortez, 1999.
- ARAÚJO, Ruy Belém. *Processo de territorialização do capital monopolista na agricultura sergipana: projeto hidroagrícola Platô de Neópolis*. [S.l.]: UFS, 1995. Tese (Mestrado).
- BENDINI, Mónica. La globalización y los trabajadores agrarios en Argentina: nuevos y viejos actores. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 21., São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Latinoamericana de Sociologia, 1999.
- _____. Entre maçãs e pês: globalização, competitividade e trabalho. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: UFPE, 1999.
- CAVALCANTI, J. S. B.; IRMÃO, J. F. Globalização, integração regional e seus impactos sobre a produção familiar: um estudo sobre os sistemas de produção do Vale São Francisco/NE/Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA, 17., 1994, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS; Brasília: CNPq, 1994.
- _____. Frutas para o mercado global. *Estudos Avançados*, [S.l.], n. 29, p. 79-93, [199-?].
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; RAMOS, Juliana Vilar Ramalho; SILVA, Ana Cristina Belo da. O trabalho feminino na agricultura de exportação: as trabalhadoras na viticultura. In: ABRAMO, L.; ABREU, A. R. de P. (Orgs). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: UFPE, 1999.
- GÓMEZ Sergio. Exportação de frutas chilenas: reflexões sociológicas sobre uma experiência (madura?). In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: UFPE, 1999.
- HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Estudio del Trabajo*, [S.l.], v. 4, n.7, p. 5-27, 1998.
- IANNI, Octávio. A utopia camponesa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 9., 1985, Águas de São Pedro. *Anais...* Águas de São Pedro: CNPq, 1985.
- LARA, Sara María. *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana*. México: Juan Pablos, 1998.
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da. *Tecnologia e renda na agricultura familiar irrigada em Sergipe*. Aracaju: UFS: EMBRAPA/CPATC, 1997.
- MOTA, Dalva Maria da. *O projeto de irrigação Platô de Neópolis e a geração de empregos: 1994/2000*. Aracaju: EMBRAPA/CPATC, 1998. Mimeografado. (Relatório de Pesquisa).
- MOTA, Dalva Maria da. Trabalho permanente e temporário na fruticultura irrigada nordestina: o Platô de Neópolis/SE. *Raízes*, [S.l.], n. 20, p. 63-75, 1999.
- _____. O trabalho temporário no projeto de irrigação Platô de Neópolis, SE. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, [S.l.], n.18, p. 113-134, 2001.
- NEVES, Marcos Fava.; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti; MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro. Cenários e

perspectivas para o agribusiness brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 35, 1997, *Anais...* [S.l.]: SOBER, 1997. (Cdrom).

PADRÃO, Luís Nunes. *Levantamento de informações sobre o Projeto Platô de Neópolis*. [S.l.]: Centro de Assessoria e Serviços aos Trabalhadores da Terra D. José Brandão de Castro, 1996.

SANTOS, Célia Regina Batista dos. *Reorganização do espaço agrário e (des) territorialização das relações tradicionais*. [S.l.: s.n.], 1996. Tese (Mestrado).

SILVA, Aldenor Gomes da. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: UFPE, 1999.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. *Articulação dos interesses públicos e privados no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro/BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada. In: CORRÊA, M. (Org.). *Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.